

O ideário pedagógico platônico n'A República

The platonic pedagogical ideary into *The Republic*

Gustavo Araújo Batista
mrgugaster@gmail.com

Resumo: Como decorrência de sua filosofia, cujos enfoques contemplam, principalmente, a metafísica, a epistemologia, a ética e a política, Platão (428/7-348/7 a.C.) concebe o seu ideário pedagógico com o qual almeja concretizar a educação por ele preconizada em seu projeto de Estado Ideal, delineado, por sua vez, em sua obra intitulada *A República*, a qual, sendo considerada uma das principais sínteses de sua filosofia em geral, pode também ser tomada como uma das principais sinopses de sua pedagogia em particular, razão pela qual dela serão extraídos excertos que permitirão a construção de um arcabouço teórico que possibilite explicitar a articulação entre a filosofia e a pedagogia no âmbito do pensamento platônico. Desse modo, a exposição do presente trabalho adotará o seguinte procedimento: em primeiro lugar, será feita uma abordagem sumária sobre aspectos ontológicos, gnosiológicos, morais e sociais da filosofia platônica; em segundo lugar, serão feitas convergências desses mesmos aspectos para os apontamentos de ordem educacional, que Platão concebe para cada uma das três classes de cidadãos que formariam a sua sociedade perfeita. Servindo-se de um procedimento metodológico analítico, cujo aporte teórico baseia-se em autores como Jaeger (2003), Paviani (2008), Scolnicov (2006) e Teixeira (2006), o presente trabalho, cujo objetivo é explicitar as intenções pedagógicas da filosofia platônica, aponta como resultado a afirmação de que o sistema filosófico construído por Platão não é apenas uma síntese especulativa e abstrata do pensamento grego em geral, mas também um projeto em particular que, servindo-se da educação, visa à intervenção prática e concreta na existência dos futuros cidadãos do Estado por ele pretendido.

Palavras-chave: Educação, Filosofia, Pedagogia, Platão.

Abstract: As a consequence of his philosophy, whose approaches contemplate, mainly, metaphysics, epistemology, ethics and politics, Plato (428/7-348/7 B.C.) conceives his pedagogical ideary with which he intends to make real the education advocated into his project of Ideal State, outlined, by its time, into his work entitled "*The Republic*", which, being considered one of the foremost synthesis of his philosophy in general, it can also be left as one of the main synopses of his pedagogy in particular, reason by which excerpts will be extracted from that work, which will permit the construction of a theoretical skeleton that may explicitate the articulation between philosophy and pedagogy into the ambit of the platonic thought. Thus, the exposition of the present work will adopt the following proceeding: first, a summary approach will be done about ontological, gnosiological, moral and social aspects of the Plato's philosophy; second, convergences of those same aspects will be done to the appointments of educational order, which Plato conceives to each one of the tree classes of citizens who would compose his perfect society. By using an analytical methodological proceeding, whose theoretical settlement is based on authors like Jaeger (2003), Paviani (2008), Scolnicov (2006) and Teixeira (2006), the present work, whose aim is to explicitate the pedagogical intentions of the Plato's philosophy, appoints as its result the affirmation that the philosophical system constructed by Plato is not only an abstract and speculative synthesis of the Greek thinking in general, but also a project in particular that, by serving itself from education, it aims at the practical and concrete intervention into the existence of the future citizens of the State intended by him.

Key words: Education, Philosophy, Pedagogy, Plato.

Introdução

É incontestável a influência que a filosofia platônica tem exercido no âmbito da história do pensamento da civilização ocidental. Sua abrangência e profundidade são tais que, embora seja possível filosofar contra ela, é impossível fazê-lo sem ela. Os pressupostos sobre os quais se fundamenta, assim como as questões que estabelece e as respostas dadas a elas têm constituído um dos maiores sistemas filosóficos dos quais o engenho humano já foi capaz de elaborar, constituindo, destarte, uma das grandes sínteses de pensamento, que, desde o seu surgimento, tem servido a várias gerações de pensadores, ao longo dos tempos, da Antiguidade à Contemporaneidade.

Sendo o legado de Platão um conjunto de obras que tratam de temas vastos e variados, torna-se impossível almejar esgotá-lo em apenas um trabalho, cujo objetivo é enfatizar o seu caráter educacional. Dessa maneira, pretende-se, aqui, ressaltar alguns dos aspectos da sua filosofia, com o propósito de oferecer uma visão panorâmica do seu ideário pedagógico, limitando-se, simultaneamente, a fazer um estudo sumário d'*A República*, obra na qual o filósofo ateniense tece considerações de ordem pedagógica, de forma que a educação a ser praticada no seu Estado Ideal faça com que os cidadãos que dele seriam membros cooperem entre si mesmos, de tal modo que vivam na mais perfeita harmonia social humanamente possível.

Uma vez que a pedagogia platônica em particular é decorrência de sua filosofia em geral, aqui serão focados alguns dos principais temas sobre os quais o próprio Platão se debruçou, com o intuito de sistematizar seu pensamento. São eles: ontologia (metafísica), teoria do conhecimento (epistemologia ou gnosiologia), filosofia moral (ética) e política.

A metafísica platônica

A metafísica platônica nasceu do interesse em responder a questões que constituíram o cerne da problemática filosófica inaugurada pelo pensamento pré-socrático e que Platão assumiu para si próprio, qual seja: se o ser é uno ou múltiplo, perene ou corruptível, eterno ou efêmero. Ademais, por ter tido contato com Sócrates (470-399 a.C.), Platão igualmente se percebeu constrangido a oferecer respostas para as questões levantadas pelo seu grande mentor, como, por exemplo, o problema do conceito, tão caro ao seu mestre.

A título de responder a contento as intrincadas indagações que mergulharam a filosofia no primeiro dos seus grandes impasses, a ontologia platônica concebe a realidade como um plano triplo, no qual os seres encontram-se hierarquizados de tal maneira a possuírem graus superiores, intermediários e inferiores, tanto em relação à sua essência quanto em relação à sua existência. A seguinte citação d'*A República* depõe a favor de tal afirmação:

– [Sócrates] Que há muitas coisas belas, e muitas coisas boas e outras da mesma espécie, que dizemos que existem e que distinguimos pela linguagem.

– [Gláucon] Dissemos, sim.

– [Sócrates] E que existe o belo em si, e o bom em si, e, do mesmo modo, relativamente a todas as coisas que então postulamos como múltiplas, e, inversamente, postulamos que a cada uma corresponde uma ideia, que é única, e chamamos-lhe a sua essência.

– [Gláucon] É isso.

– [Sócrates] E diremos ainda que aquelas são visíveis, mas não inteligíveis, ao passo que as ideias são inteligíveis, mas não visíveis.

– [Gláucon] Absolutamente (Platão, 1996, p. 308).

Assim sendo, os entes que possuem os graus mais elevados do

ser constituem, segundo Platão, o Mundo Inteligível, no qual habitam as Ideias ou as Formas, expressão suprema e absoluta da realidade, exemplos do ser em sua graduação ótima e máxima, cuja essência e existência coincidem, já que são realidades universais e necessárias; em seu ápice, estaria o Uno ou o Bem, a Ideia das Ideias, o que permite concordar com a conclusão segundo a qual: “Logo, a ideia do Bem, no sistema platônico, é a realidade suprema, donde dependem todas as demais ideias, e todos os valores (éticos, lógicos e estéticos) que se manifestam no mundo sensível; é o ser sem o qual não se explica o vir-a-ser” (Padovani e Castagnola, 1978, p. 117).

Ao estabelecer que a instância inteligível é o princípio a partir do qual a realidade deve ser pensada, Platão igualmente dela faz o modelo perfeito, no qual deve ser pautada a vida do indivíduo, seja particular, seja coletiva; ou seja, em sua busca pelo ser, Platão raciocina que tal procura resulta não apenas na contemplação da Ideia do Bem, do Belo, do Justo e do Verdadeiro, mas na formulação de um padrão de comportamento que seja congruente com tudo aquilo que fora percebido no plano inteligível. Logo, verifica-se que Platão vincula o problema do ser ao problema do conhecer e ao problema do agir, demonstrando o caráter simultaneamente especulativo e pragmático de seu método de filosofar, o qual, conforme aduz Scolnicov, consiste nisto:

O método platônico é mais que um instrumento argumentativo. Ele implica uma revisão fundamental dos fins da filosofia e do que se considera uma argumentação filosófica válida. A filosofia, ao ver de Platão, não prova a partir de princípios primeiros, mas parte de convicções previamente aceitas (e em particular da convicção

de que a diferença entre o verdadeiro e o falso é uma diferença real), e estabelece os princípios que apoiam tais convicções. Na argumentação filosófica propriamente dita, como Platão a concebe, os princípios vêm ao fim. A filosofia sempre começa *in medias res* (Scolnicov, 2006, p. 32-33, grifos do autor).

Aqueles entes que possuem os graus menos elevados de ser, cujas essências e existências já não mais se equivalem, constituem o que Platão denominou Mundo Sensível ou Visível, em cujo domínio encontra-se a Matéria misturada à Forma, por obra do Demiurgo, o Deus-Artífice; é o reino do devir ou da contingência, a miscelânea do ser e do não-ser. Embora o Mundo Sensível seja, para Platão, ontologicamente inferior ao Mundo Inteligível, é ele o ponto de partida para o conhecimento deste, porquanto não se trata de um plano absolutamente irreal, por participar, ainda que em grau inferior, da realidade máxima, unicamente encontrável no plano inteligível, mediante o esforço intelectual ou racional; no entanto, é no plano sensível que se trava a guerra contra a incerteza que nele impera, consistindo tarefa magna da educação promover a libertação do espírito humano dos sentidos, que tanto o prendem apenas à matéria, impedindo-o, assim, de alçar-se às realidades superiores, somente encontráveis no mundo inteligível.

Logo, se não há conhecimento seguro no mero domínio sensorial, compete à educação propiciar a conversão da mente humana àquilo que lhe franqueará acesso ao saber consistente. Filósofo é quem efetua tal conversão, haja vista que:

O filósofo é o homem que não se entrega à multiplicidade das impressões sensoriais, nem se deixa arrastar durante a vida pelo vaivém das simples opiniões, mas orienta o seu

espírito para a unidade do que existe. Só ele possui um conhecimento e um saber no verdadeiro sentido destas palavras; por meio da variedade e individualidade dos fenômenos vê a imagem fundamental, universal e imutável, das coisas: a “ideia”. Só ele pode dizer o que é justo e belo por si; as opiniões da massa a respeito destas e das demais coisas oscilam na penumbra entre o não-ser e o verdadeiro Ser (Jaeger, 2003, p. 842).

Ademais, por ser o Mundo Sensível a realidade que está, em primeira mão, mais próxima ao ser humano, enquanto espírito encarnado, não lhe cabe negá-la, mas reconhecer-lhe como derivada de outra maior, da qual a sua alma algum dia fizera parte e, assim, transcender-lhe rumo às instâncias nas quais o conhecimento da verdade será contemplado sem qualquer mácula; eis a base do processo de conhecer proposto por Platão, para quem conhecer é recordar-se daquilo que fora percebido no Mundo das Formas. Julián Marías salienta que:

É este o método do conhecimento: o homem parte das coisas, não para ficar nelas, para encontrar nelas um ser que não têm, mas para que lhe provoquem uma lembrança ou reminiscência (*anámnesis*) das ideias em outro tempo contempladas. Conhecer, portanto, não é *ver* o que está fora, mas, ao contrário: *recordar* o que está dentro de nós. As coisas são apenas um *estímulo* para nos afastarmos delas e nos elevarmos às ideias (Marías, 2004, p. 53, grifos do autor).

Quanto àqueles entes que, embora sendo mais elevados do que aqueles pertencentes ao plano sensível, são inferiores àqueles que fazem parte do plano inteligível, Platão denomina-os entes matemáticos, os quais possuem, simultaneamente, características sensíveis e inteligíveis; o Mundo Matemático constitui, pois, um elo entre o puramente sensível e

o absolutamente inteligível, o meio-termo entre a mera necessidade e a simples contingência, vínculo pelo qual se dá a passagem do reino da matéria ao domínio do espírito.

Segundo Reale, as razões que teriam levado Platão a estabelecer um plano intermediário entre o sensível e o inteligível consistem no fato do conhecimento matemático trabalhar, simultaneamente, com o uno e o múltiplo (por exemplo: o triângulo é uno em sua definição, mas múltiplo em sua existência, devido às variações que nele se encontram – equilátero, isósceles, escaleno, retângulo); uma vez que Platão reconheceu a unidade e a multiplicidade que caracterizam o saber aritmético e geométrico, tornou-se igualmente imperativo que ele estabelecesse o estatuto ontológico do seu objeto, que são os números e as figuras; portanto:

Platão introduziu-os pelos seguintes motivos:

- (a) Os números sobre os quais opera a aritmética, assim como as grandezas com as quais opera a geometria, não são sensíveis, mas *inteligíveis*, como demonstram as ciências que deles se ocupam.
- (b) Por outro lado, os números e as grandezas dos quais se ocupam a aritmética e a geometria não podem ser os Números ideais, nem as Grandezas ideais, porque as operações aritméticas implicam muitos números iguais e as operações e demonstrações geométricas implicam numerosas figuras iguais e múltiplas figuras que são variações da mesma essência (por exemplo, muitos triângulos iguais e muitas de todas as figuras de que se fala nas demonstrações), enquanto cada um dos Números ideais é único, assim como é única cada uma das Formas ideais (Reale, 1997, p. 174, grifo do autor).

Desta divisão triádica da realidade, a qual é proposta por Platão à guisa de solucionar os impasses gerados pelas filosofias jônica, hera-

clítica, eleata, pitagórica e pluralista, as quais, respectivamente, afirmavam que a realidade era identificada apenas como resultado das transformações de apenas um elemento primordial (escola jônica), com o devir (escola heraclítica), com o ser (escola eleática), com os números (escola pitagórica) e com a combinação ou mistura de vários elementos fundamentais (escola pluralista), o que, inevitavelmente, comprometia as suas teorias ontológicas, que não mais se encontrariam em condições de responder satisfatoriamente às questões metafísicas mais prementes; ao servir-se delas, a filosofia platônica absorve-as em uma síntese que, simultaneamente, responde pelas questões postas por elas sem, todavia, limitar-se-lhes, uma vez que, ao afirmar a realidade sensível, o platonismo responde pelo pluralismo jônico-heraclítico-pluralista e, estabelecendo o Mundo Inteligível, o monismo elático é garantido; por fim, os entes matemáticos responderiam pela preponderância dos números atribuída pelo pitagorismo.

Graças à sua síntese, Platão começaria a erguer os alicerces daquilo que seria um dos primeiros sistemas filosóficos da Antiguidade Clássica. Ademais, a ontologia desenvolvida por Platão, por constituir a raiz que sustenta e alimenta a árvore da sua filosofia em geral, igualmente o faz com a sua pedagogia em particular, considerando-se que a educação é concebida pelo filósofo como um voltar-se do Mundo Sensível para o Mundo Inteligível:

O projeto educacional de Platão envolve a passagem do sensível para o inteligível, e essa passagem supõe a unidade de uma pluralidade. A unidade remete para a ideia que é eterna e imutável. Sem a unidade da ideia é impossível pensar a diversidade ou a multiplicidade do sensível. Por sua vez, o desdobramento dessas

questões influi na explicitação das relações entre o indivíduo e o coletivo, o lógico e o psicológico (Paviani, 2008, p. 57).

A epistemologia platônica

Uma vez solucionando, embora não definitivamente, a problemática filosófica arquitetada pelo heraclitismo, pelo eleatismo, pelo pitagorismo e pelo socratismo, Platão constrói uma teoria do conhecimento que corresponde ao modelo ontológico triádico por ele proposto. Dessa maneira, para cada plano da realidade haveria, pois, uma modalidade própria de conhecimento, a qual obedeceria à mesma hierarquia estabelecida pelo filósofo em relação aos mundos existentes em sua metafísica.

O conhecimento do Mundo Inteligível, cujo alcance depende do exercício da inteligência, capaz, por sua vez, de levar à contemplação das Formas, o que, conseqüentemente, termina no vislumbre da Ideia do Bem, constitui, sob a perspectiva platônica, o máximo tipo de conhecimento, uma vez que toma por objeto a realidade por excelência, ou seja, aquilo que é necessário, uno, eterno e imutável; outrossim, o Mundo Inteligível é o reino da Ciência ou da Episteme, em cujo píncaro está a Ideia do Bem, segundo o qual tudo se ordena: “Julgo que é mais por esta razão, uma vez que já me ouviste afirmar com frequência que a ideia do bem é a mais elevada das ciências, e que para ela é que a justiça e as outras virtudes se tornam úteis e valiosas” (Platão, 1996, p. 304). A comparação entre o Bem e o Sol, feita pelo próprio Platão na Alegoria da Caverna, é aqui sintetizada magistralmente por Abbagnano:

Platão compara o Bem ao Sol, que dá aos objetos não só a possibilidade de serem vistos, como também a de

serem gerados, de crescerem e de nutrir-se; e, assim como o Sol que, mesmo sendo a causa dessas coisas, não é nenhuma delas, também o Bem como fonte da verdade, do belo, da cognoscibilidade, etc. e, em geral, do ser, não é nenhuma dessas coisas e está além delas (Abbagnano, 2003, p. 107).

O conhecimento do Mundo Sensível, que se faz por meio do exercício da atividade sensorial, a qual fornece a percepção das coisas, misturas de matéria puramente sensível e de forma puramente inteligível, graças à ação demiúrgica, constitui, para Platão, a ínfima maneira de conhecer, posto que toma por objeto não a realidade suprema e absoluta (Ideia), mas sim a imitação ou a cópia desta, motivo pelo qual é tão menosprezado, por tratar-se de um conhecimento sobre aquilo que é contingente, múltiplo, efêmero e mutável, ou seja, trata-se de um conhecimento que não deve ser chamado de Ciência, mas sim de Opinião (Doxa), a qual, todavia, encontra-se acima da ignorância:

- [Sócrates] Acaso a opinião te parece mais obscura do que a ciência e mais clara que a ignorância?
- [Gláucon] Parece, e bem mais.
- [Sócrates] Fica entre uma e outra?
- [Gláucon] Fica.
- [Sócrates] Então a opinião ficará numa posição intermediária entre elas.
- [Gláucon] Absolutamente.
- [Sócrates] Ora, nós não dissemos antes que, se aparecesse alguma coisa que ao mesmo tempo existisse e não existisse, tal coisa ficaria em posição intermediária entre o Ser absoluto e o Não-ser absoluto, e que sobre ela não haveria ciência nem ignorância, mas o que aparecesse a meio caminho da ignorância e da ciência?
- [Gláucon] Exactamente.
- [Sócrates] E agora surgiu entre elas aquilo a que chamamos opinião?
- [Gláucon] Surgiu (Platão, 1996, p. 262).

O conhecimento do Mundo Matemático, o qual tem por seus objetos os seres que se encontram entre o plano sensível e o plano inteligível, a saber: as figuras e os números, constitui um tipo de saber intermediário, que, embora não seja classificado por Platão como Opinião (uma vez que já se encontra na dimensão da Ciência), também não se trata de um conhecimento científico perfeito, posto que uma Ciência em seu máximo grau de justeza só seria possível se fossem tomadas as Ideias como seus objetos de estudos. Assim sendo, conhecer os entes matemáticos é uma preparação para conhecer as Formas Inteligíveis, pois começa a libertar a mente das amarras que lhe impôs o Mundo Sensível, por meio do seu aprisionamento no corpo, motivo pelo qual Platão concebia o saber matemático como uma propedêutica ao saber filosófico propriamente dito, ou seja, trata-se de uma *dianóia*¹, termo aqui traduzido por *entendimento*, o qual designa aquilo que está entre o puramente inteligível e o meramente sensível: “Parece-me que chamas *entendimento*, e não inteligência, o modo de pensar dos geômetras e de outros cientistas, como se o entendimento fosse algo de intermédio entre a opinião e a inteligência” (Platão, 1996, p. 316, grifo nosso).

A filosofia moral e política platônica

A elaboração que Platão faz do seu pensamento filosófico moral e político pressupõe uma concepção de ser humano plasmada, por sua vez, em uma ontologia e em uma epistemologia fundadas em um esquema tripartite de compreensão da realidade. Desse modo, partindo de uma teoria metafísica e gnosiológica,

Platão compõe uma antropologia filosófica que, por sua vez, fundamenta a sua filosofia moral e política.

Em síntese, o ser humano é, conforme o platonismo, um ser dúbio, na medida em que é composto de matéria (corpo) e forma (alma). Todavia, a definição de homem oferecida por Platão é, a rigor, esta: trata-se de um ser essencialmente espiritual, cuja alma encontra-se, provisoriamente, encarcerada num corpo, ideia herdada pelo pitagorismo. Uma vez que seu espírito pertence ao Mundo Inteligível (já que lá estava antes de ser encerrado em um corpo, prendendo-se, assim, ao Mundo Sensível), Platão opta por conceber o ser humano sob a perspectiva da transcendência, haja vista que o homem, sob tal ótica, só pode ser compreendido considerando-se a existência prévia de uma realidade espiritual, eterna e necessária, que explicaria não apenas o caráter material, efêmero e contingente da realidade universal em geral, mas também a realidade humana em particular. Consequentemente, importa primeiro definir a alma humana, já que essa é aquilo que, no homem, constitui a sua essência.

Em se tratando de definir o espírito humano, Platão também o concebe como uma realidade tripartite, em consonância com sua ontologia e com sua teoria do conhecimento. Embora a alma seja una, ela teria três funções a desempenhar, quais sejam: o raciocínio, o sentimento e o desejo: “Uma parte era aquela pela qual o homem aprende, outra, pela qual se irrita; quanto à terceira, devido à variedade de formas que ostenta, não dispomos de um nome único e específico, mas designámo-la por aquilo que nela é mais eminente e mais forte: chamámo-lhe concupiscência” (Platão, 1996, p. 428).

À primeira função corresponderia a alma racional; à segunda, a alma irascível e, à terceira, a alma concupiscível. Pensar, sentir e desejar seriam, assim, as três atividades elementares que a alma desempenharia, as quais, por sua vez, encontrariam-se hierarquizadas conforme a sua proximidade com o Mundo Inteligível. Assim, pensar seria a atividade que mais aproximaria o homem da sua verdadeira realidade, uma vez que, em o fazendo, torna-se mais próximo do seu lugar de origem, ou seja, o Mundo das Formas Inteligíveis; quanto ao sentir, que ficaria entre o puro pensar e o simples desejar, eis que seria uma atividade intermediária, da mesma maneira que o desejar seria aquilo que mais prende o espírito à matéria, razão pela qual é a atividade que mais aproxima o homem do Mundo Sensível.

Essa tripla função a ser executada pela alma franqueia a Platão discorrer acerca da sua ética, posto que, sendo o homem um ser cujo lugar de origem é o Hiperurânio, isto é, o Mundo das Formas, torna-se imperativo conduzir-se de tal maneira que se torne digno de lá ser readmitido, supondo-se que o motivo de ter o seu espírito encarcerado num corpo foi precisamente ter cometido uma falta cuja gravidade foi tal que acabou precipitando-o no Mundo Sensível. Com tal pensamento, Platão simultaneamente justifica a dimensão física humana e estabelece um código moral que o homem tem de seguir, se quiser ascender ao Mundo das Ideias. Tal código, embora simples em sua enunciação, não o seria em sua execução, pois Platão afirma que somente àqueles indivíduos em cujas almas reinar a justiça em sua máxima perfeição possível será franqueado reingresso no Mundo Inteligível.

¹ Em grego: *διανοία*, ou seja, aquilo que está entre o sentir e o inteligir.

Para que isso ocorra, é necessário que o homem se exercite, de antemão, na prática das virtudes, pois a justiça é uma virtude; contudo, o alcance da virtude requer, previamente, o alcance de três outras virtudes, cuja harmonia entre si fará com que reine a justiça na alma humana; tais virtudes são: a sabedoria, a coragem e a temperança. Cada uma delas corresponde, respectivamente, à virtude própria da alma racional, da alma irascível e da alma concupiscível. Outrossim, a sabedoria, a coragem, a temperança e a justiça constituirão a tétade responsável tanto pela harmonia do espírito quanto pela do Estado:

– [Sócrates] Creio que a nossa cidade, se de facto foi bem fundada, é totalmente boa.
 – [Gláucon] É forçoso que sim.
 – [Sócrates] É, portanto, evidente que é sábia, corajosa, temperante e justa.
 – [Gláucon] É evidente.
 – [Sócrates] Logo, se encontrarmos nela qualquer destas virtudes, o que resta será o que não encontrarmos (Platão, 1996, p. 176).

De sua teoria ética Platão deriva sua teoria política, pois, se a finalidade da vida da alma humana no plano sensível é preparar-se a si mesma para a sua ascensão ao plano inteligível, que se dará com a morte, que outra coisa não é sob tal ótica a não ser a separação da alma do corpo, fica patente que o tipo de sociedade ou Estado aqui almejado será um tipo de organização feita de tal modo que prepare o máximo possível os seus

cidadãos para que vivam de acordo com os arquétipos inteligíveis, modelos supremos e absolutos do ser, do conhecer e do agir. Espelhando-se no Mundo Inteligível, o ser humano, individual e/ou coletivamente, terá a garantia da máxima perfeição em sua vida, motivo pelo qual Platão aposta inelutavelmente que somente um Estado plasmado segundo o modelo inteligível implicará na mais harmoniosa maneira de viver em sociedade. Ainda que não exista ou venha a existir tal exemplo de Estado, o Hiperurânio permanecerá como modelo para a conduta moral perfeita:

– [Gláucon] Compreendo. Referes-te à cidade que edificámos há pouco na nossa exposição, àquela que está fundada só em palavras, pois creio bem que não se encontra em parte alguma da terra.
 – [Sócrates] Mas talvez haja um modelo no céu, para quem quiser contemplá-la e, contemplando-a, fundar uma para si mesmo. De resto, nada importa que a cidade exista em qualquer lugar, ou venha a existir, porquanto é pelas suas normas, e pelas de mais nenhuma outra, que ele pautará o seu comportamento (Platão, 1996, p. 450).

O Estado Ideal, que Platão concebe tomando como referência as três funções básicas da alma humana², teria, pois, três classes de cidadãos, organizados conforme as suas aptidões naturais, bem como os seus méritos pessoais, para executar as três atividades fundamentais da vida

em sociedade, que são: o governo, a segurança e o sustento. Assim, àqueles indivíduos que demonstrarem maior aptidão para o raciocínio será confiada a tarefa de governar o Estado – constituindo, pois, a classe dos sábios, os quais teriam à sua frente o Rei-Filósofo ou o Filósofo-Rei; àqueles cuja alma for dotada de maior impavidez ser-lhes-á destinada a responsabilidade pela proteção da sociedade, defendendo-a tanto de seus inimigos internos quanto externos – os quais serão os guardiães ou os militares; e, por fim, aqueles que forem mais afeiçoados apenas aos trabalhos manuais exercerão os ofícios voltados para a produção dos bens materiais necessários à sobrevivência dos cidadãos – quais sejam, os operários (camponeses e artesãos).

Os sábios, os guardiães e os operários, à guisa de manterem a harmonia social, ou seja, para fazerem reinar no Estado a justiça, deverão praticar as mesmas virtudes correspondentes àquelas que Platão defende serem imprescindíveis para tornar justo o homem. Destarte, aos sábios, que correspondem à alma racional do Estado, compete velar pela sabedoria³, sem a qual sua tarefa de governar não será bem feita; os guardiães, que correspondem à alma irascível do Estado, se não exercerem devidamente a coragem⁴, colocarão em risco a proteção que lhes cabe garantir à sociedade; os operários, que correspondem à alma concupiscível do Estado, se não tiverem a temperança⁵, também

² Quanto a este particular, torna-se oportuno mencionar estas considerações apresentadas por Werner Jaeger: O Estado de Platão versa, em última análise, sobre a alma do Homem. O que ele nos diz do Estado como tal e da sua estrutura, a chamada concepção orgânica do Estado, onde muitos veem a medula d'A República platônica, não tem outra função senão apresentar-nos a "imagem reflexa ampliada" da alma e da sua estrutura respectiva. E nem é numa atitude primariamente teórica que Platão se situa diante do problema da alma, mas antes numa atitude prática: na atitude do *modelador de almas*. A formação da alma é a alavanca com a qual ele faz o seu Sócrates mover todo o Estado (Jaeger, 2003, p. 751-752, grifos do autor).

³ – [Sócrates] Por conseguinte, é graças à mais diminuta classe e sector, e à ciência que encerra, ao que ocupa a sua presidência e chefia, que uma cidade fundada de acordo com a natureza pode ser toda ela sábia. E é, ao que parece, por natureza extremamente reduzida esta raça, a quem compete participar desta ciência, a única dentre todas as ciências que deve chamar-se sabedoria.

– [Gláucon] É exactamente como dizes (Platão, 1996, p. 178).

⁴ – [Sócrates] Logo, a cidade é corajosa numa das suas partes, pelo facto de aí armazenar energia tal que preservará através de todas as vicissitudes a sua opinião sobre as coisas a temer, que são tais e quais as que o legislador proclamar na educação (Platão, 1996, p. 179).

⁵ – [Sócrates] A temperança é uma espécie de ordenação, e ainda o domínio de certos prazeres e desejos, como quando dizem, não entendo bem de que maneira, "ser senhor de si", e empregam outras expressões no género que são como que vestígios desta virtude. Não é assim?

– [Gláucon] Exactissimamente (Platão, 1996, p. 181-182).

se corromperão e disseminarão a corrupção pela sociedade. Portanto, cada cidadão deve receber a educação apropriada à sua condição ou à sua natureza, a fim de que isso leve não apenas ao seu aprimoramento pessoal, mas sobretudo ao aperfeiçoamento de todo o Estado.

A pedagogia platônica

Depois de percorrer, sumariamente, alguns dos aspectos ontológicos, epistemológicos, éticos e políticos do pensamento platônico, supõe-se que isso ajudará a explicitar a compreensão do ideário pedagógico dele decorrente, haja vista que a educação intencionada pelo filósofo ateniense encontra-se ordenada pelo seu projeto que concebe o ser, o conhecer e o agir segundo os esquemas triádicos mencionados ao longo desta exposição.

Platão aborda temas que dizem respeito à educação ao longo de várias de suas obras, uma vez que a filosofia em geral é tomada, sob a sua perspectiva, como a atividade pedagógica por excelência, já que é por seu intermédio que se dá a autêntica educação, na qual o homem deveria ser exercitado. Tal educação, sob a sua perspectiva, consiste em fazer com que os olhos da alma, isto é, a razão ou a inteligência, voltem-se para as realidades superiores e, a partir delas, façam com que os indivíduos pensem e ajam da melhor maneira possível:

– [Sócrates] Temos então – continuei eu – de pensar o seguinte sobre esta matéria, se é verdade o que dissemos: a educação não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles⁶ que arranjam a introduzir ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzisse a vista em olhos cegos.

– [Gláucon] Dizem, realmente.
– [Sócrates] A presente discussão indica a existência dessa faculdade na alma e de um órgão pelo qual aprende; como um olho que não fosse possível voltar das trevas para a luz, senão juntamente com todo o corpo, do mesmo modo esse órgão deve ser desviado, juntamente com a alma toda, das coisas que se alteram, até ser capaz de suportar a contemplação do Ser e da parte mais brilhante do Ser. A isso chamamos o bem. Ou não?
– [Gláucon] Chamamos.
– [Sócrates] A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correcta e não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso (Platão, 1996, p. 322-323).

Limitando-se aqui a tratar do projeto pedagógico que Platão delinea n’*A República*, este estudo propõe-se a discorrer acerca do currículo elaborado para a formação dos cidadãos em geral e, em particular, para a educação do Rei-Filósofo, posto que, sendo a sua missão a mais nobre a ser desempenhada junto ao Estado, isto é, o governo, cumpre formá-lo de maneira tal que o faça do melhor modo possível, porque é a sua missão, uma vez superando as trevas da ignorância e atingindo as luzes da sabedoria, retornar àqueles que não o fizeram, com o escopo de conduzi-los:

– [Sócrates] É nossa função, portanto, forçar os habitantes mais bem dotados a voltar-se para a ciência⁷ que anteriormente dissemos ser a maior, a ver o bem e a empreender aquela ascensão e, uma vez que a tenham realizado e contemplado suficientemente o bem, não lhes autorizar o que agora é autorizado.

– [Gláucon] O quê?
– [Sócrates] Permanecer lá e não querer descer novamente para junto daqueles prisioneiros nem partilhar dos trabalhos e honrarias que entre eles existem, quer sejam modestos, quer elevados (Platão, 1996, p. 324-325).

Mesmo admitindo, por um lado, a inexistência do seu Estado Ideal, Platão reconhece, por outro lado, que é possível instituí-lo, ainda que apenas no interior do indivíduo. Para isso, é preciso preparar os seus futuros membros, a fim de que vivam conforme os arquétipos inteligíveis, razão pela qual a educação teria de ser reorganizada para atender aos propósitos metafísicos, epistemológicos, éticos e políticos aos quais Platão subordina a sua pedagogia com o intuito de concretizar o seu propósito de educar os mais aptos intelectual e moralmente para administrar o Estado, a fim de que todos os seus membros se beneficiem da formação que lhes for destinada não apenas para o seu bem particular, mas principalmente para o bem público:

– [Gláucon] Quê? Vamos cometer contra eles a injustiça de os fazer levar uma vida inferior, quando lhes era possível ter uma melhor?
– [Sócrates] Esqueceste-te novamente, meu amigo, que à lei não importa que uma classe qualquer da cidade passe excepcionalmente bem, mas procura que isso aconteça à totalidade dos cidadãos, harmonizando-os pela persuasão ou pela coacção, e fazendo com que partilhem uns com os outros do auxílio que cada um deles possa prestar à comunidade; ao criar homens destes na cidade, a lei não o faz para deixar que cada um se volte para a actividade que lhe aprouver, mas para tirar partido dele para a união da cidade (Platão, 1996, p. 325).

⁶ Ou seja, sobretudo os sofistas.

⁷ Trata-se da dialética.

Ao voltar-se para a educação praticada em seu tempo, Platão conclui que ela constitui uma condição necessária, porém ainda não suficiente, para formar os futuros cidadãos do seu Estado. Assim, o filósofo procura expor aquilo que deve e aquilo que não deve ser continuado na educação de sua época (tendo como pano de fundo a defesa do método dialético socrático e o combate do método retórico sofístico), construindo, pois, um novo modelo pedagógico, no qual entrariam tanto elementos da educação tradicional grega quanto elementos por ele acrescentados, tendo-se em vista, com isso, uma nova forma organização social em geral e, em particular, uma nova maneira de praticar a educação. De acordo com Paviani:

Antes de Platão, a educação tradicional na Grécia antiga não é problematizada. Com Platão todo o sistema educacional é posto sob suspeita. Com a nova proposta platônica, educar não significa apenas transmitir os bons hábitos e costumes dos pais para os filhos, aprender música, praticar a ginástica, seguindo o que é considerado bom ou mau, conforme as normas sociais. Não basta que a alma e o corpo sejam formados pelo treinamento, pela imitação, pela memorização, pois as próprias leis têm caráter educacional. O ideal da educação é o bem, o justo, o verdadeiro. Assim, a tradição e os procedimentos sociais, considerados durante longo tempo critérios da educação, agora são questionados. Platão questiona a educação de seu tempo, propõe novas condições para se alcançar uma verdadeira educação. Para ele, definitivamente, existe uma boa e uma má educação (Paviani, 2008, p. 45).

Em se tratando de aproveitar elementos da educação helênica tradicional, Platão defende a continuidade da ginástica (a qual confere o enrijecer e o fortalecer do corpo) e da música⁸ (na qual também se incluiria a literatura), visto que tais disciplinas são úteis para o cultivo inicial tanto do corpo quanto do espírito, razão pela qual devem ser os primeiros componentes curriculares pelos quais os educandos devem passar, a fim de que, posteriormente, sejam sistematicamente selecionados para desempenharem suas funções junto ao Estado; porém, há que se precaver contra o fato de que essas duas artes não devem ser exercitadas isoladamente, já que podem provocar vícios nos estudantes: “os que praticam exclusivamente a ginástica acabam por ficar mais grosseiros do que convém, e os que se dedicam apenas à música tornam-se mais moles do que lhes ficaria bem” (Platão, 1996, p. 149). Ademais, Platão adverte que os conteúdos literários a serem ministrados precisariam passar por uma depuração, a fim de que as crianças, ao serem educadas pelas fábulas, sejam-no de modo tal que não lhes sejam inculcadas, por meio delas, aquilo que não deveriam aprender:

– [Sócrates] Ora, pois, havemos de consentir sem mais que as crianças escutem fábulas fabricadas ao acaso por quem calhar, e recolham na sua alma opiniões na sua maior parte contrárias às que, quando crescerem, entendemos que deverão ter?
– [Adimanto] Não consentiremos de maneira nenhuma.
– [Sócrates] Logo, devemos começar por vigiar os autores de fábulas, e selecionar as que forem boas, e

proscrever as más. As que forem escolhidas, persuadiremos as mães e as mães a contá-las às crianças, e a moldar as suas almas por meio das fábulas, com muito mais cuidado do que os corpos com as mãos. Das que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se (Platão, 1996, p. 87).

Empenhado, principalmente, com a educação intelectual e moral do ser humano, a qual, por sua vez, garantiria a existência de uma nova ordem social ou política, Platão percebe que as fábulas, na qualidade de narrativas utilizadas para formar a mente das crianças, deveriam nelas inculcar valores, crenças ou opiniões que, pelo menos, estivessem de acordo com o seu projeto de implantação do Estado Ideal. Uma vez constatando que tais histórias, em sua maioria, não se têm prestado aos seus propósitos, o filósofo conclama a sua refutação, motivo pelo qual os poetas só seriam aceitos se desenvolvessem suas atividades de modo a inspirarem a imitação do bem, em vez de tratarem de assuntos que não propiciariam o amor à verdade e à virtude. A seguinte passagem d'A República descreve o tratamento que seria dado, então, ao bardo:

Se chegasse à nossa cidade um homem aparentemente capaz, devido à sua arte, de tomar todas as formas e imitar todas as coisas, ansioso por se exibir juntamente com os seus poemas, prosternávamo-nos diante dele, como de um ser sagrado, maravilhoso, encantador, mas dir-lhe-íamos que na nossa cidade não há homens dessa espécie, nem sequer é lícito que existam, e mandá-los-íamos embora para outra cidade, depois de lhe termos

⁸ – [Sócrates] Não é então por este motivo, ó Gláucon, que a educação pela música é capital, porque o ritmo e a harmonia penetram mais fundo na alma e afectam-na mais fortemente, trazendo consigo a perfeição, e tornando aquela perfeita, se se tiver sido educado? E, quando não, o contrário? E porque aquele que foi educado nela, como devia, sentiria mais agudamente as omissões e imperfeições no trabalho ou na conformação natural, e, suportando-as mal, e com razão, honraria as coisas belas, e, acolhendo-as jubilosamente na sua alma, com elas se alimentaria e tornar-se-ia um homem perfeito; ao passo que as coisas feias, com razão as censuraria e odiaria desde a infância, antes de ser capaz de raciocinar, e, quando chegasse à idade da razão, haveria de saudá-la e reconhecê-la pela sua afinidade com ela, sobretudo por ter sido assim educado.
– [Gláucon] A mim afigura-se-me que é por razões dessas que se deve fazer a educação pela música (Platão, 1996, p. 133-134).

derramado mirra sobre a cabeça e de o termos coroado de grinaldas. Mas, para nós, ficaríamos com um poeta e um narrador de histórias mais austero e menos aprazível, tendo em conta a sua utilidade, a fim de que ele imite para nós a fala do homem de bem e se exprima segundo aqueles modelos que de início regulámos, quando tentávamos educar os militares (Platão, 1996, p. 126-127).

Ademais, Platão condena o discurso poético por ser enigmático e falso, razão pela qual simultaneamente tergiversa, dificulta ou compromete a compreensão daquilo que, de fato, quer expressar⁹, ao contrário do discurso filosófico, o qual se esmera, sobretudo, em fazer-se lógico e verdadeiro ao máximo possível; destarte, o filósofo e o poeta estariam, sob tal perspectiva, em ângulos diametralmente opostos, não podendo, pois, coexistir na sociedade ideal, a menos que este fosse subserviente àquele, ou seja, somente quando o poeta fosse capaz de ser um educador que preparasse os indivíduos para a filosofia, utilizando-se da sua arte de maneira a oferecer exemplos de conduta a serem seguidos, cooperando, consequentemente, com o filósofo, de cuja missão faz parte elevar espiritualmente a humanidade, seja pelo seu aprimoramento intelectual, seja pelo seu aperfeiçoamento moral; em assim sendo:

Platão quer chamar a atenção para o fato de que a arte não tem valor em si mesma. Quando a arte não se

deixa fecundar pelo *logos*, torna-se falsa, falaciosa, esconde a verdade, causando perturbação à alma. Nesse sentido, toda a arte que pretenda ser verdadeira deverá “submeter-se à Filosofia, única capaz de alcançar a verdade. O poeta deve obedecer às regras e à dialética do Estado” (Teixeira, 2006, p. 79, grifo do autor).

Depois de condenar a educação pela poesia nos moldes em que era praticada em seu tempo, fazendo, em contrapartida, a sua reabilitação para atender ao escopo de formar intelectual e moralmente os cidadãos do Estado Ideal, Platão concebe um programa de estudos que, iniciando-se pela ginástica e pela música-literatura, prosseguiria com as seguintes disciplinas: aritmética, geometria, estereometria, astronomia, harmonia e, finalmente, a dialética. Tal currículo de estudos, diga-se desde já, não seria oferecido por completo a todos os cidadãos, indistintamente, porquanto somente aqueles que demonstrarem melhores aptidões intelectuais e morais serão aquilatados para receberem ensinamentos mais avançados e aprofundados: “Por isso, a Filosofia não é uma atividade de massa, antes, pelo contrário, é impossível que a multidão seja filósofa. A Filosofia é uma atividade grandiosa e por demais sublime para estar nas mãos de todos” (Teixeira, 2006, p. 42).

O fato de a aritmética estar entre as disciplinas que fazem parte do currículo de estudos a serem feitos por aqueles que vão proteger e go-

vernar o Estado repousa tanto sobre motivos pragmáticos quanto sobre razões especulativas. Em relação às questões práticas, essa ciência aplica-se à arte de guerrear, uma vez que é impossível a um militar ignorar a importância do cálculo e do cômputo para exercer a sua estratégia¹⁰. Quanto às indagações teóricas, seu emprego na filosofia é muito útil, porquanto auxilia o filósofo a exercitar-se na tarefa de atingir o Mundo Inteligível:

Seria, portanto, conveniente, ó Gláucôn, que se determinasse por lei este aprendizado e que se convencessem os cidadãos, que hão-de participar dos postos governativos, a dedicarem-se ao cálculo e a aplicarem-se a ele, não superficialmente, mas até chegarem à contemplação da natureza dos números unicamente pelo pensamento, não cuidando deles por amor à compra e venda, como os comerciantes ou retalhistas, mas por causa da guerra e para facilitar a passagem da própria alma da mutabilidade à verdade e à essência (Platão, 1996, p. 336).

Sobre a geometria, Platão tem o mesmo a declarar em relação à aritmética, isto é, trata-se de uma disciplina que se presta igualmente à atividade prática militar e ao exercício teórico filosófico. Outrossim, aqueles a quem forem confiadas as missões de salvaguardar e de administrar o Estado, uma vez passando pela aritmética, seguiriam seus estudos aprofundando-se na geometria, a qual lhes daria maior perícia na arte da guerra e, quanto à filosofia,

⁹ Nesta acepção, o poeta e o sofista equivalem-se, uma vez que, ao priorizarem a aparência, tornam-se, consequentemente, imitadores e não expositores da realidade. No final do seu diálogo intitulado *Sofista*, Platão resume, magistralmente, a sua definição deste praticante da arte de malogar: O ESTRANGEIRO – Portanto, a espécie imitativa da parte irônica da arte baseada na opinião, a qual é uma parte da arte da contradição e que pertence ao gênero imitativo, o qual se liga à arte de produzir imagens, essa porção, não divina mas humana, da produção que se especializa nos discursos e fabrica prestígios, eis, pode dizer-se, “a linhagem e o sangue” de que o verdadeiro sofista descende, e, a meu ver, dir-se-á a verdade exacta. TEETETO – É perfeitamente justo (Platão, 1999, p. 96).

¹⁰ – [Sócrates] Logo, que outra ciência havemos de considerar necessária a um guerreiro, como a de poder calcular e contar?

– [Gláucôn] Essa mais do que todas, se quiser compreender alguma coisa de tática, e mais ainda, se quiser ser um homem.

– [Sócrates] Pensas desta ciência o mesmo que eu?

– [Gláucôn] O quê?

– [Sócrates] Pode muito bem ser uma daquelas ciências que procuramos, e que conduzem naturalmente à inteligência, mas de que ninguém se serve correctamente, apesar de ela nos elevar perfeitamente até ao Ser (Platão, 1996, p. 331).

ficariam ainda mais familiarizados com a contemplação daquilo que é imutável, eterno ou perene, sendo, conseqüentemente, conduzidos ao reino do universal e do necessário:

– [Gláucon] É fácil de concordar
 – respondeu ele – uma vez que a geometria é o conhecimento do que existe sempre.
 – [Sócrates] Portanto, meu caro, serviria para atrair a alma para a verdade e produzir o pensamento filosófico, que leva a começar a voltar o espírito para as alturas e não cá para baixo, como agora fazemos, sem dever.
 – [Gláucon] É muito capaz de o fazer.
 – [Sócrates] Portanto, prescreveremos afincadamente aos habitantes do nosso belo Estado que não deixem, de modo algum, a geometria. Além disso, os seus efeitos acessórios não são pequenos.
 – [Gláucon] Quais? – perguntou ele.
 – [Sócrates] Aqueles que tu disseste: os que dizem respeito à guerra, e, em especial, a todas as ciências, de modo que se apreendem melhor. De qualquer modo, sabemos que aquele que estudou geometria difere totalmente de quem não a estudou (Platão, 1996, p. 338-339).

Ao se exercitarem nos estudos da aritmética e da geometria, os futuros militares e governantes serão introduzidos na estereometria¹¹, a qual se ocupa de calcular o volume dos sólidos geométricos. Assim, depois de passarem pela ciência dos números (aritmética) e pela ciência das figuras geométricas bidimensionais (geometria), a próxima etapa seria a de apreender a ciência das figuras geométricas tridimensionais, a fim de que, em seguida, sejam estudadas as esferas celestiais, com seus

respectivos movimentos, por meio da ciência da astronomia, ou seja: “Ora o que está certo é que, após a segunda dimensão, se trate da terceira, que é a dos cubos e a que possui profundidade” (Platão, 1996, p. 340). A seguinte citação vem coroar o valor educativo dado pelo filósofo aos saberes matemáticos:

Segundo Platão, as matemáticas possuem uma função educativa profunda. Não se trata apenas de resolver problemas práticos. As matemáticas ajudam a despertar o espírito, adquirir memória, desembaraço e vivacidade. Elas conduzem naturalmente à inteligência e elevam aquele que a pratica até o Ser. As matemáticas despertam e exercitam aquilo que é comum a todos os homens: a faculdade da razão. Sua função é despertar o pensamento, purificar e estimular a alma na busca do conhecimento. O pensamento em sua ação visa a uma finalidade. Visto que o homem é um ser racional, o homem age em vista de um fim. O fim do pensamento, enquanto tarefa do espírito, é satisfazer o desejo de conhecer as coisas. E a finalidade do conhecimento é a prática do bem. O homem é um ser desejoso de conhecer as causas últimas, pergunta-se constantemente por aquelas causas que tocam mais de perto a própria natureza e seu destino. O homem deve, através do pensamento, elevar-se moralmente daí a importância das matemáticas na educação como purificação e conversão ao ser (Teixeira, 2006, p. 43).

A astronomia propiciará, em termos pragmáticos, conhecimentos relativos às artes de cultivar o solo, de navegar e de guerrear¹² e, em termos especulativos, o estudo do movimento regular das revoluções

dos corpos celestes, oferecendo conhecimentos propedêuticos que levarão à contemplação daquilo que é ordenado e perfeito, ou seja, às Formas. Disso decorre a sua utilidade para o filósofo: “Julgo evidente para toda a gente que essa ciência força todas as almas a olhar para cima e as conduz das coisas terrenas às coisas celestes” (Platão, 1996, p. 342)¹³. Outrossim, os estudos astronômicos, uma vez voltados para o mundo supra-lunar, darão aos futuros protetores e dirigentes do Estado exemplos de regularidade e de ordem celestial, os quais, por sua vez, deverão ser reproduzidos na sociedade, seja em sua organização e funcionamento político, seja em sua conduta moral.

Assim como, pela astronomia, o indivíduo, sob a perspectiva platônica, terá o seu sentido da visão educado para se habituar à contemplação das coisas celestes, à harmonia caberá, *mutatis mutandis*, fazer-lhe o mesmo, trabalhando, porém, com o sentido da audição, contribuindo, destarte, para habituá-lo a perceber a correspondência entre números e sons e, conseqüentemente, possa atraí-lo para a contemplação do equilíbrio e da perfeição do Mundo Inteligível. Nesse sentido, sendo a harmonia a combinação entre a música e a aritmética, os estudos dos acordes franquearão à mente do educando abrir-se à procura da bondade e da beleza do Mundo Inteligível, conforme atesta Platão nesta citação, a qual, criticando o estudo da harmonia nos moldes em que era feito em sua época, apresenta, em contrapartida, sua verdadeira utilidade:

¹¹ Embora Platão faça menção desta disciplina científica, o termo pelo qual a designa só começa a aparecer a partir de Aristóteles (384-322 a.C.).

¹² “Parece-me, sem dúvida, porquanto convém não só à agricultura e à navegação, mas não menos à arte militar, uma perfeita compreensão das estações, meses e anos” (Platão, 1996, p. 339).

¹³ Faz-se oportuno aqui mencionar que, na perspectiva platônica, assim como na perspectiva antiga e medieval em geral, o mundo supra-lunar era visto como um mundo perfeito, eterno (porquanto feito de éter, o quinto elemento ou a quintessência da natureza, caracterizado pela incorruptibilidade e pela imutabilidade), razão pela qual o filósofo tinha em mente que o espaço sideral estava, pois, o mais próximo possível, no Mundo Sensível, das características do Mundo Inteligível. Tal concepção só começaria a perder credibilidade a partir do Século XVII, quando os experimentos feitos principalmente por Galileu Galilei (1564-1642) demonstraram que ela não estava correta, devido a certas constatações, tais como as manchas solares e às irregularidades na superfície lunar.

– [Sócrates] Com efeito, eles procuram os números nos acordes que escutam, mas não se elevam até ao problema de observar quais são os números harmónicos e quais não o são, e por que razão diferem.

– [Gláucon] Tarefa divina, essa que tu dizes.

– [Sócrates] Útil certamente, para a procura do belo e do bom, mas inútil, se se levar a cabo com outro fim (Platão, 1996, p. 346)¹⁴.

Para coroar o seu currículo de estudos, Platão estabelece a dialética como a última das disciplinas científicas a serem cursadas, porque ela é não apenas o seu complemento máximo, mas sim a razão última de todo o processo educativo, pela qual terão de passar os dirigentes da sociedade por ele almejada; isso significa afirmar que a dialética é o ápice da pedagogia platônica, sem a qual os cidadãos destinados ao governo do Estado, isto é, os filósofos, não terão o método mais adequado para se desvencilharem dos grilhões que prendem suas mentes ao Mundo Sensível e, assim, atingir, por intermédio do exercício da razão e da inteligência, a contemplação do Mundo Inteligível, em cujo topo reside a Ideia do Bem, a qual, por sua vez, constitui o critério supremo e absoluto tanto para a sua formação quanto para a sua conduta intelectual e moral. Assim sendo:

O método da dialética é o único que procede, por meio da destruição das hipóteses, a caminho do autêntico princípio, a fim de tornar seguros os seus resultados, e que realmente arrasta aos poucos os olhos da alma

da espécie de lodo bárbaro em que está atolada e eleva-os às alturas, utilizando como auxiliares para ajudar a conduzi-los as artes que analisámos (Platão, 1996, p. 349).

Pela dialética, Platão garante ao filósofo não apenas a transição da multiplicidade e da mutabilidade sensível para a unidade e a imutabilidade inteligível (dialética ascendente), mas também o caminho inverso (dialética descendente), oferecendo, com isso, a melhor ou a mais perfeita maneira de conhecer a realidade em sua totalidade, razão pela qual aqueles que nela forem hábeis terão condições, em termos especulativos, de saber distinguir ao máximo possível a aparência da essência e, em termos pragmáticos, serão os indivíduos mais aptos a comandar o Estado. Por tal razão, importa tanto colocá-la acima de todas as demais ciências supracitadas (aritmética, geometria, estereometria, astronomia e harmonia) quanto fazer delas o seu prelúdio¹⁵, a fim de que a educação cumpra o seu propósito fundamental, que é elevar as mentes à contemplação da Ideia do Bem:

– [Sócrates] Acaso também chamas dialéctico aquele que apreende a essência de cada coisa? E aquele que não a possui, negará que quanto menos for capaz de prestar contas dela a si mesmo ou aos outros, tanto menos terá o entendimento dessa coisa?

– [Gláucon] Pois que outra afirmação poderia fazer?

– [Sócrates] Ora não é também da mesma maneira relativamente ao bem? Quem não for capaz de definir com palavras a ideia do bem, separando-a

de todas as outras, e, como se estivesse numa batalha, exaurindo todas as refutações, esforçando-se por dar provas, não através do que parece, mas do que é, avançar através de todas estas objecções com um raciocínio infalível – não dirás que uma pessoa nestas condições não conhece o bem em si, nem qualquer outro bem, mas, se acaso toma contacto com alguma imagem, é pela opinião, e não pela ciência que agarra nela, e que a sua vida actual a passa a sonhar e a dormir, pois, antes de despertar dela aqui, primeiro descerá ao Hades para lá cair num sono completo?

– [Gláucon] Por Zeus, tudo isso eu sustentarei afincadamente.

– [Sócrates] Mas, se um dia tiveres de facto de educar na prática aquelas crianças que educas e instruis em palavras, não consentirás, segundo creio, que sejam como simples quantidades irracionais, se têm de governar a cidade e de ser senhores das altas instâncias.

– [Gláucon] Claro que não.

– [Sócrates] Estabelecerás então para eles a lei de que devem sobretudo aplicar-se à educação pela qual se tornarão capazes de interrogar e de responder da maneira mais sábia?

– [Gláucon] Estabelecê-la-ei, juntamente contigo.

– [Sócrates] Achas então que a dialéctica se situa para nós lá no alto, como se fosse a cúpula das ciências, e que estará certo que não se coloque nenhuma outra forma do saber acima dela, mas que representa o fastígio do saber?

– [Gláucon] Acho que sim (Platão, 1996, p. 351-352).

Considerações finais

O ideário pedagógico que Platão concebe, articula e desenvolve na sua

¹⁴ Aqui, Platão reconhece a utilidade puramente contemplativa da harmonia, ao contrário das ciências mencionadas anteriormente (aritmética, geometria, estereometria e astronomia), as quais, conforme já afirmado, possuem tanto uma utilidade teórica quanto uma utilidade prática. Com isso, o filósofo ático estabelece que o útil não é, necessariamente, apenas o pragmático, visto que a teoria, ainda que não se ocupe de produzir resultados imediatos ou palpáveis, nem por isso deixa de ter, em contrapartida, a sua utilidade e, portanto, o seu valor.

¹⁵ A libertação das algemas e o voltar-se das sombras para as figurinhas e para a luz e a ascensão da caverna para o Sol, uma vez lá chegados, a incapacidade que ainda têm de olhar para os animais e plantas e para a luz do Sol, mas, por outro lado, o poder contemplar reflexos divinos na água e sombras, de coisas reais, e não, como anteriormente, sombras de imagens lançadas por uma luz que é, ela mesma, apenas uma imagem, comparada com o Sol – são esses os efeitos produzidos por todo esse estudo das ciências que analisámos; elevam a parte mais nobre da alma à contemplação da visão do mais excelente dos seres, tal como há pouco a parte mais clarividente do corpo se elevava à contemplação do objecto mais brilhante na região do corpóreo e do visível (Platão, 1996, p. 347-348).

obra *A República* constitui, simultaneamente, resultado dos seus esforços e dos seus propósitos que caminham no sentido de concretizar a sua filosofia da educação em particular e, em geral, o seu sistema filosófico (o primeiro do qual se tem notícia na civilização ocidental), aqui descrito focando-se a sua ontologia, a sua epistemologia, a sua ética e a sua filosofia política.

Ao reunir em seu pensamento não apenas as tradições pré-socráticas (jônicas, pitagóricas, eleáticas, heraclíticas e pluralistas), mas também as tradições socráticas (Sócrates e os denominados socráticos menores: megáricos, cínicos e cirenaicos) e sofisticas (dentre os quais figuram: Protágoras, Górgias, Hípias, Pródico e Trasímaco), Platão não apenas as retoma e delas se apropria, mas também as supera, em nível teórico, ao responder às principais indagações por elas levantadas e, em nível prático, propõe reformas políticas, sociais, morais e educacionais, erigindo, assim, um sistema filosófico que, estabelecendo o primado da ideia e da razão, no tocante à determinação da realidade e do seu conhecimento, reclama, consequentemente, a primazia da transcendência e, destarte, lança os alicerces de uma das principais matrizes do racionalismo e do idealismo conhecidos ao longo da história da filosofia.

Com relação à tradição pré-socrática, a filosofia platônica, apresentando a tese do Mundo Sensível e do Mundo Inteligível, resolve (pela primeira vez, porém, ainda não em definitivo, posto que, em filosofia, nunca há questões terminantemente solucionadas) os impasses gerados pelo monismo eleático e pelo pluralismo heracliteano, do mesmo modo que supera as tensões entre o materialismo jônico e o formalismo pitagórico, conciliando, assim, a unidade e a multiplicidade do ser.

Com relação à tradição socrática, Platão leva adiante o método do qual se servia o seu principal inspirador (Sócrates), utilizando-se da filosofia

como a arte da refutação e, sucessivamente, elevando-a à mais excelente arte de dialogar, ao estabelecer a dialética como a principal atividade filosófica. Desse modo, ultrapassa não apenas Sócrates, mas também as escolas socráticas megárica, cínica e cirenaica, uma vez que, malgrado a sua importância, bem como o seu reconhecido mérito em relação à filosofia, não conseguiram fazer com que a dialética atingisse patamares tão elevados de amplitude e de profundidade que lhe foram conferidos pelo gênio de Platão.

Com relação à tradição sofística, a obra de Platão é, de um modo geral, uma denúncia que revela a tergiversação feita pelos sofistas em relação às mais caras questões filosóficas (tais como, por exemplo, o problema do ser, do conhecer, do bem, do belo, do justo e do verdadeiro). O filósofo demonstrou ainda que a prioridade dada pelos sofistas à persuasão fazia com que eles se preocupassem mais com a vitória nas disputas verbais do que com a defesa da veracidade, o que fazia com que apenas imitassem os sábios, sem sê-lo de fato. Ademais, por exercerem sua atividade mediante remuneração, profanavam a sacralidade do saber, reduzindo-o a um produto a ser comprado ou vendido como qualquer outro no mercado.

Graças à sua enorme capacidade intelectual, Platão legou à civilização ocidental um dos seus fundamentais sistemas de pensamento, cujos princípios especulativos e pragmáticos serviram de subsídios para diversos campos do saber, dentre os quais se encontra a pedagogia, razão pela qual deve ao platonismo um dos seus paradigmas primordiais, a partir do qual se tornou possível a construção de teorias e de práticas pedagógicas que não separassem, por sua vez, a política, a moral e a educação.

Outrossim, deve-se a Platão o apanágio de ser um dos primeiros filósofos dos quais se tem notícia a propor a tese de que ao Estado

caberia gerir a formação dos seus cidadãos, zelando, destarte, pelo seu aprimoramento intelectual e moral, motivo pelo qual apenas aqueles que detivessem os níveis mais apurados de saber e de virtude, em cujo cerne localizar-se-iam os Reis-Filósofos ou os Filósofos-Reis, poderiam nele ocupar os seus cargos de comando; com isso, fica estabelecida, conforme atesta *A República*, a primazia da aristocracia como forma de governo fundada na prerrogativa intelectual e moral daqueles que, pela sua natureza e educação, se sobressaíssem em gênio e em conduta.

Referências

- ABBAGNANO, N. 2003. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1014 p.
- JAEGER, W. 2003. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1413 p.
- MARÍAS, J. 2004. *História da Filosofia*. São Paulo, Editora Martins Fontes, 589 p.
- PADOVANI, U.; CASTAGNOLA, L. 1978. *História da Filosofia*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 587 p.
- PAVIANI, J. 2008. *Platão & a Educação*. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 126 p. (Coleção Pensadores & Educação).
- PLATÃO. 1996. *A República*. Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian, 513 p.
- PLATÃO. 1999. *Diálogos IV: Sofista – Político – Filebo – Timeu – Crítias*. Lisboa, Publicações Europa-América, 325 p.
- REALE, G. 1997. *Para uma nova interpretação de Platão*. São Paulo, Edições Loyola, 636 p.
- SCOLNICOV, S. 2006. *Platão e o Problema Educacional*. São Paulo, Edições Loyola, 130 p.
- TEIXEIRA, E.F.B. 2006. *A educação do homem segundo Platão*. São Paulo, Editora Paulus, 140 p. (Coleção Filosofia).

Submetido: 12/01/2012

Aceito: 18/03/2013

Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba
Av. Nenê Sabino, 1801
38055-500, Uberaba, MG, Brasil